FUNCIONARIO PÚBLICO — EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS

— Não cabe a equiparação dos vencimentos dos inspetores de previdência social aos dos membros dos Conselhos Fiscais das instituições de previdência.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL PROCESSO M.T.P.S. N.º 191.812-62

No MTPS 191.812-62, em que Nally Borborema Filgueiras e outros requerem vencimentos correspondentes ao símbolo 1-C — arts. 22 e 24 da Lei n.º 4.069-62 — foi exarado em 20-2-64, o seguinte despacho: “Indefiro o pedido formulado, de acôrdo com as conclusões do parecer do Dr. Consultor Jurídico, que aprovo, uma vez que os paradigmas alegados têm situação *sub judice*.”

Parecer n.º 953-63 — Nally Borborema Filgueiras e outros, inspetores de Previdência, lotados no Departamento Nacional de Previdência Social, solicitam o pagamento dos seus vencimentos, na mesma base do que percebem aquêles que se beneficiaram do mandado de segurança n.º 3.339, de 23 de dezembro de 1960.

2. Ao examinar as pretensões dos Inspetores, o meu antecessor emitiu o seguinte parecer:

PARECER N.º 259-60

I

Solicita informações o Exmo. Sr. Dr. Juiz em exercício na 1.ª Vara da Fazenda Pública sobre o mandado de segurança n.º 3.389, impetrado por Alberto Almada Rodrigues e outros, contra ato do Diretor-Geral do Departamento de Administração dêste Ministério, o qual teria, na versão da inicial, infringido direito líquido e certo de que se julgam detentores.

2. Os impetrantes são Inspetores de Previdência, nível 17, e pleiteiam “a

mesma remuneração ou salário dos membros dos Conselhos Fiscais de Instituições de Previdência, correspondentes ao padrão I-C, sob a alegação de que lhes é atribuída a competência de proceder à tomada de contas dos mencionados Conselhos Fiscais, cumprindo-lhes ainda fazer a inspeção permanente dos Institutos tudo de acôrdo com o estabelecido nos arts. 319, parágrafo único, e 342 da Lei nº 3.707, de 26 de agosto de 1960.

3. Cumpre, preliminarmente, acentuar que os interesses da União são defendidos, em Juízo, pelos Procuradores da República, cuja ciência, não foi sequer requerida pelos impetrantes, circunstância que redundaria, desde logo, na inépcia da inicial do mandado de segurança, o qual, assim, *data venia*, por vício de origem, não pode prosperar.

4. Ainda que assim não fôsse, porém, outra preliminar, impõe-se seja levantada.

5. Tratando-se de ato de órgão de jurisdição administrativa com âmbito federal, não cabe aos Juizes da Fazenda Pública do Estado da Guanabara o julgamento da matéria, eis que se trata de competência privativa dos Juizes da Fazenda Pública em Brasília.

6. Neste sentido, tem-se pronunciado reiteradamente, entre outros, o Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública deste Estado, como por exemplo nos seguintes julgamentos:

“Juracy Barreto de Souza e outros, contra Diretor de Divisão do Ministério da Agricultura. Verifico que se trata de mandado de segurança impetrado depois de 21 de abril de 1960, a partir de quando o controle jurisdicional dos atos de autoridades federais com âmbito não exclusivamente local, isto é, neste Estado, passou para os Juizes de Direito do Distrito Federal. — Declino, assim, para a competência de um dos Juizes da Fazenda Pública em Brasília. Faça-se a remessa do Processo. — Rio, 28 de novembro de 1960. — Marcelo Santiago Costa.”

“Moacyr Garcez e outro contra Diretor do SAMDU. Tratando-se de órgão administrativo de âmbito nacional, com sede e fóro na Capital da República (art. 1º do Decreto 46.348, de 3-7-59) e que até já se encontra em Brasília, de onde provieram as informações de fls., a competência, para a qual declino, é de um dos Juizes da Fazenda Pública do Distrito Federal. — Remeta-se o processo. — Rio, 29-11-60 — Marcelo Santiago Costa.”

“Jayme Alves de Souza contra ato do Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Ministério da Justiça. Trata-se de mandado de segurança contra ato que escapa ao controle jurisdicional deste Juízo, porque emanado de autoridade de âmbito administrativo não apenas local, sujeita, portanto, à jurisdição dos Juizes da Fazenda Pública do Distrito Federal, para cuja competência declino. Remeta-se o processo para Brasília. — Rio, 8-11-60. — Marcelo Santiago Costa.”

7. No mérito, apresenta-se igualmente destituída de qualquer fundamento legal a pretensão dos interessados que intentam equiparar-se à situação dos membros dos Conselhos Fiscais das instituições de previdência social, os quais não são funcionários públicos, mas apenas mandatários, por quatro anos, do Governo, dos segurados e das empresas (art. 363 do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960).

8. Verifica-se, assim, logo ao primeiro exame, que se cogita de princípio de justiça, não envolvendo, todavia, nenhum problema de reparação de direito, tendo em vista a incoerência de qualquer dispositivo legal que estabeleça a identidade pretendida pelos impetrantes.

9. Torna-se evidente, destarte, a inexistência, na hipótese, de ato legal do poder público, que pudesse ensejar a impetração do *writ*.

10. Assim sendo, sem embargo do aspecto de justiça que a pretensão possa comportar, não há amparo legal para a mesma.

11. Nessas condições, à vista do exposto opino por que seja remetida, ao Exmo. Sr. Dr. Juiz em exercício na 1ª Vara da Fazenda Pública dêste Estado, cópia do presente.

É o parecer. S.M.J.”

3. Porteriormente, no que tange ao cumprimento da sentença judicial, assim nos pronunciamos:

PARECER Nº 73-61

Consulta o Departamento de Administração se deve continuar pagando a Alberto Almada Rodrigues e outros, Inspetores de Previdência, lotados no Departamento Nacional de Previdência Social, os vencimentos de Cr\$ 63.000,00, que lhes foram assegurados por sentença do Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública dêste Estado, no mandado de segurança que impetraram, visando a equiparação às vantagens concedidas aos membros dos Conselhos Fiscais da Previdência Social.

2. Cabe, de início, estranhar a atitude do Diretor do aludido Departamento, ao encaminhar a Juízo informações de sua autoria, de sentido veemente favoráveis à pretensão dos impetrantes e, em determinado ponto, até conflitantes com as conclusões de meu ilustre antecessor, Dr. Arthur Machado Paupério, o qual como era de seu dever limitou-se a apreciar os aspectos pròpriamente jurídicos do caso, deixando de tecer considerações marginais, mais compatíveis à missão dos advogados dos postulantes. Causa mesmo espécie o procedimento do Diretor do D. A. ainda mais quando havia um alto interesse administrativo em jôgo e sua palavra, é de meridiano entendimento, serviria para formar base aparentemente sólida à solicitação do remédio judicial, como ocorreu.

3. Aliás, constata-se que aquêlê Consultor Jurídico verificando, de imediato, que as mencionadas informações mais pareciam destinadas a instruir e favorecer à causa dos interessados, deixou de sugerir seu encaminhamento a Juí-

zo, como procederia, se realmente algo de útil pudessem produzir em prol dos interesses da União.

4. Sem justificação bastante plausível, todavia, as aludidas informações chegaram ao processo judicial, onde, como é fàcilmente constatável, sômente poderiam colaborar na causa dos impetrantes. Se fôr atentado para a soma de fatos ocorridos neste processo, vamos admitir que há muito nêle que estranhar. Sem qualquer prudência, o Diretor do D.A. usa de uma delegação de poderes para decidir de matéria que demandaria uma palavra da autoridade administrativa mais alta. Firmou parecer de sentido amplamente benéfico aos interessados. Tudo isso ocorreu dias antes de ter revogada a delegação de poderes que lhe fôra atribuída pelo Ministro. E ainda encaminha ao Juízo informações que não se ajustavam com o interesse público, como sói acontecer. Enfim, uma série de atitudes que, afinal, escudaram direitos apontados como líquidos e que são sem qualquer sombra de dúvida discutíveis.

5. Essas informações, redigidas de tal forma que se pode aceitar com o propósito predeterminado de encaminhamento a Juízo, foram substancialmente acrescidas em relação aos termos do despacho de fôlhas 4, tornando-se mais propícia a causa dos requerentes.

6. Não se defende aqui, a obrigação da autoridade, como norma de ação de sonegar a quem quer que seja, o que, a seu juízo, pareça ser de direito à parte. Entretanto, quem ocupa posição de comando, tem obrigações inerentes ao próprio cargo, nitidamente de delegação, no caso, de defender os interesses da União. Se não existia lei que beneficiasse os então requerentes, lógico e pacífico é que, até decisão em contrário, o interesse público não estava ao lado dos pleiteantes. Daí o comportamento estranhável do Diretor do D. A., ainda mais como se processou.

7. Admitindo-se que não se deve negar informações a quem a elas tiver

direito, não queremos, entretanto, aceitar como justo ou razoável que alguém, ao fornecê-las, se dê ao luxo de detalhes, aspectos e tendências supostamente favoráveis a servidores em litígio com a União, em cuja defesa estava obrigado a agir, como dever inerente ao cargo público que está exercendo.

8. Ao analisarmos os vários aspectos deste processo, não poderia passar despercebido o que por certo, quando nada é lamentavelmente estranhável.

9. Passando a apreciar as dúvidas manifestadas as fls. 6-7, verifica-se, realmente, que o ato que originou a impetração do *writ* foi efetivamente proferido *ex vi* de delegação ministerial constante da Portaria nº 214-A, de 22 de dezembro de 1959, publicada no *Diário Oficial* de 14-1-60, que estabeleceu a delegação de competência ao Diretor do D. A., e, nos seus impedimentos, ao seu substituto legal, para

“.....
e assinar apostilas de qualquer natureza que versem assunto de pessoal.
.....”

10. Assim sendo, parece-nos, igualmente, que, tratando-se de atribuição delegada, o malsinado ato é da responsabilidade ministerial, sendo incompetente, destarte, o juiz prolator da sentença, *ex vi* do que dispõe a Constituição federal:

“Art. 104. Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I — Processar e julgar originariamente:

b) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora fôr o Ministro de Estado, o próprio Tribunal ou o seu Presidente;

11. De qualquer forma, porém, em que pese a flagrante incompetência de seu prolator, tratando-se de decisão judicial, impõe-se o seu cumprimento, sem prejuízo de solicitar-se ao Dr. Subpro-

curador-Geral da República o que sugerimos com caráter de urgência que requeira perante o Ministro-Presidente do Tribunal Federal de Recursos sejam suspensos os efeitos da aludida sentença, até que aquêlé egrégio órgão judiciário se manifeste sobre o caso, na apreciação oportuna do recurso.

12. No que tange à dúvida manifestada às fls. 7 *in fine* sobre a autoridade competente para lavrar a apostila decorrente da decisão judicial, parecidos que se deve obedecer ao critério normalmente adotado antes da vigência da Portaria nº 214-A, em face de encontrar-se esta revogada pela Portaria nº 255, de 19 de novembro de 1960.”

Aprovado pelo ministro de Estado, passou este a ser o entendimento desta pasta, no que se refere ao problema, nos seus aspectos jurídicos.

4. Como se vê, o ponto de vista do Ministério do Trabalho, além da questão de mérito, envolveu outra, isto é, a notória incompetência do Juiz prolator da sentença.

5. Pretendem os recorrentes, aqui, a aplicação em seu favor do disposto no art. 22 da Lei nº 4.069, que reza:

“Art. 22. Os cargos isolados de provimento efetivo de igual denominação e funções idênticas, no mesmo órgão e mesma localidade, serão de igual vencimentos.”

6. A equação jurídica que se forma pois é a seguinte: os postulantes entendem-se na situação do art. 22, porque outros funcionários de igual categoria usufruem vencimentos bem maiores.

7. A premissa é redondamente falsa. Em primeiro lugar, os demais funcionários, aquêles que se beneficiaram do mandado de segurança reportado, têm condição de *precariedade inevitável*. Trata-se de sentença passível de reforma em instância superior que somente não a apreciou ainda, decorrido tanto tempo, em virtude de circunstâncias imprevisíveis, haja vista a latitude do tempo decorrido desde que foi pro-

latada. Ora, nesta altura, por certo, se o processo tivesse encontrado o rumo certo de Brasília, já deveria ter o Tribunal Federal de Recursos conhecido do que decidiu o juiz de primeira instância e opinado sobre o efeito. Entretanto, verifica-se da informação do Gabinete Ministerial, em Brasília, que a secretária do Tribunal nada possui a respeito.

8. Conseqüentemente, não se encontram, absolutamente, os peticionários, nas condições semelhantes às dos seus colegas, eis que não foram parte no mandado de segurança, por conseguinte, não estão por êle beneficiados.

9. Acresce a circunstância de não estar o processo de julgamento concluído. Cabendo como cabe o recurso *ex officio* para a instância superior, do que foi decidido originariamente, ficou a matéria *sub judice*, não sendo lícito dilatar o seu campo de aplicação.

10. Difere pois, fundamentalmente, a situação dos postulantes, daquela que é evocada por um dêes, pretendendo que seja símile com os inspetores do Trabalho, que foram beneficiados com decisão favorável do Ministro de Estado. Ora, no caso citado, os paradigmas tinham situação definitivamente consolidada, mercê de entendimento confirmado em sentenças últimas da Justiça, sentenças que não conheceriam recursos capazes de reformá-las. Assim, havia paradigmas de caráter definitivo, que permitiriam a aplicação do art. 22, disposição legal que consagrou o princípio de equidade, a aplicação por extensão, nivelando todos os que ocupassem cargos isolados e em de igual denominação, não permitindo a divergência quanto a vencimentos.

11. Ocorre, então, que os postulantes, a contrário daquilo que dizem, não estão na situação dos paradigmas citados. E não se encontram porque, não tendo sido partido no mandado de segurança, cujo acerto de decisão foi contestado por esta Pasta, não podem, conseqüentemente, valer-se daquilo que o

próprio ministro de Estado considerou passível de reconsideração, revisão ou recurso ao Tribunal competente.

12. O Assistente Técnico da Divisão do Pessoal, hoje seu atual Diretor, emitiu às fls. 7, o seguinte parecer:

“No anexo processo Nally Borborema Filgueiras, Inspetor de Previdência, nível 17, pretendeu recebimento das vantagens correspondentes ao símbolo 1-C, conferido aos membros dos Conselhos Fiscais das Instituições de Previdência e estendidas aos demais funcionários da mesma categoria dos requerentes por mandado de segurança.

2. Não foi possível anexar o processo original, contendo a sentença, mas os documentos de fôlhas informam que os impetrantes, alegando o exercício de cargo isolado de provimento efetivo de idênticas atribuições aos membros dos Conselhos Fiscais, lograram a segurança, sob o argumento de que o art. 56, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, veda aos servidores das autarquias melhor remuneração que os correspondentes do Serviço Civil do Poder Executivo.

3. Versa, assim, o processo sobre a controvertida tese de equiparação salarial. O erudito prolator da sentença fundamenta sua conclusão no voto do Ministro Artur Marinho, no julgamento do Mandado de Segurança nº 1.282, inserto na *Revista de Direito Administrativo*, vol. 30, pág. 87, que transcreve.

4. Em que pése a autoridade invocada, a jurisprudência mais recente dos tribunais, inclusive do Supremo Tribunal Federal, inclinou-se no sentido contrário da sentença, afirmando não caber ao Poder Judiciário corrigir injustiças resultantes de normas legais.

5. É facultado à administração proceder à extensão das sentenças judiciais. Para tanto, porém, deve o aresto ser definitivo e conformar-se com a jurisprudência pacífica ou dominante.

6. Na espécie trata-se de sentença única de primeira instância, em exe-

cução provisória e que adotou a tese de solução controversa.

7. Pelo exposto parece-nos que não se deva proceder, pelo menos até a decisão final do processo paradigma, a extensão pretendida.

S.M.J.”.

13. Adotamo-lo, por estar com a tese correta, chocando-se com aquêle outro de fls. 37, que não encontra melhor sustentação jurídica e que serviu de base ao pedido de reconsideração formulado.

14. Assim sendo, não pode ser aplicado aos postulantes o disposto no art. 22 da Lei n° 4.069, principalmente porque os alegados paradigmas têm situação *sub judice*, como deixa perfeitamente clara a apostila oriunda da decisão judicial transcrita às fls. 8:

Apostila

“Em cumprimento à sentença proferida no Mandado de Segurança n° 3.389

em 23 de dezembro de 1960 pelo Meritíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Cidade do Rio de Janeiro, constante do processo número MTIC 235-768-60, que vigorará até decisão definitiva da Corte competente, o Egrégio Tribunal Federal de Recursos o servidor a quem se refere o presente decreto, passa a perceber, a partir de 5-9-60, data da vigência da Lei Orgânica da Previdência Social, a de n° 3.807, de 26 de agosto de 1960, regulamentada pelo Decreto n° 48.959-A, de 19-9-60, a mesma remuneração dos Membros dos Conselhos Fiscais das Instituições de Previdência, correspondente ao símbolo 1-C”.

15. Não é pois oportuna a discussão da tese da D. P. sobre a questão de cargo isolado porque a preliminar é prejudicial conclusivamente, cabendo daí indeferir o pedido formulado.